

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 35 - ABRIL 2019



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

INTERNACIONAL

ESTADO

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

JUDICIÁRIO

SEGURANÇA PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

MUNICÍPIOS

COMUNICAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O *Boletim de Análise da Conjuntura* de abril dá um panorama da situação política, social e econômica no momento em que o governo Bolsonaro completa cem dias, já com sinais de desgaste junto à opinião pública, e tenta aprovar a reforma da Previdência no Congresso Nacional.

Na área **Internacional**, os resultados eleitorais no mês de abril em Israel, na Finlândia e Ucrânia apontam para o crescimento da direita, e o desligamento do governo brasileiro da Unasul enfraquece o projeto de uma política externa soberana.

Na seção **Estado**, aponta-se que as inúmeras medidas de desmonte, além das reformas econômicas ultraliberais e das agendas ideológicas neoconservadoras, corroboram uma pauta silenciosa de transformação da indústria nacional de petróleo e gás. A questão veio ao debate público por ocasião das declarações e decisões em torno da política de preços dos combustíveis, em especial do diesel.

As disputas entre o governo Bolsonaro e o Congresso, em particular com a tramitação da Reforma da Previdência, são tema de análise em **Política e Opinião Pública**. A insatisfação da opinião pública com os cem dias do governo e suas medidas, o aumento da percepção da desigualdade e do avanço do Brasil no ranking de intolerância e falta de liberdade de imprensa também são abordado nessa seção.

A incapacidade de fazer a economia gerar empregos de qualidade para os trabalhadores que se evidencia com os últimos dados do mercado de trabalho é retratada na seção **Social**, que traz também estudos que desmontam os argumentos do governo para forçar a reforma da Previdência no momento em que o Ministério da Economia decide colocar sob sigilo as informações que embasam a proposta.

Em **Judiciário** analisa-se a confirmação da farsa jurídica que condenou Lula pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Escondidos atrás de malabarismos jurídicos, os ministros mostraram que têm lado na maior perseguição a um líder político após a Constituição de 1988.

Na seção de **Segurança Pública**, são lembrados os crimes de maio de 2006 que chocaram o país e o mundo com mais de quinhentas vítimas e têm relação direta com os erros atuais, quando a política pública caminha no sentido errático de mais encarceramento, de fortalecimento do crime organizado e violência de Estado.

Em **Economia**, aponta-se que o novo “dream team” comandado por Paulo Guedes não apenas parece incapaz de reanimar a atividade econômica como provavelmente entregará resultados ainda piores do que aqueles colhidos pelo ex-dream team de Henrique Meirelles, a se considerarem os indicadores disponíveis até o momento.

As alterações da política agrária e ambiental brasileira pelo governo Temer e os retrocessos dos cem dias iniciais do governo Bolsonaro são o tema da análise **Territorial**. Com as ações protagonizadas por eles, o período 2016–2018 teve a média anual de 53,3 assassinatos no campo, enquanto nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro já ocorreram dez assassinatos.

Em **Municípios**, uma análise de três eventos realizados no mês de abril. O PT reuniu prefeitos e prefeitas em Brasília para organizar a ação e pensar as eleições de 2020. No final do mês, reuniu vereadores e vereadoras. Também em Brasília, a CNM realizou sua 22ª Marcha em Defesa dos Municípios, à qual Bolsonaro compareceu e fez uma série de promessas às prefeituras.

A **Comunicação** analisa as controvérsias e a inabilidade do governo tal como vêm sendo retratadas na imprensa estrangeira e também a visão dos grandes grupos da imprensa comercial brasileira sobre a relação de Bolsonaro com os interesses de sua base eleitoral. Em redes sociais, foi observada a atuação do clã do presidente no Twitter em defesa da reforma da Previdência.

INTERNACIONAL



Esta seção trata principalmente dos resultados eleitorais no mês de abril em Israel, na Finlândia e Ucrânia, que apontam para o crescimento da direita, além do desligamento do governo brasileiro da Unasul.

Eleições parlamentares em Israel

O resultado da eleição parlamentar de 9 de abril em Israel levou o presidente do país, Reuven Rivlin, a convidar Benjamin Netanyahu para compor um novo governo e assim assumir o cargo de primeiro-ministro pela quinta vez, pois, dos candidatos que disputaram, representava o que tinha maior viabilidade de compor uma coalizão para governar. Isso o tornaria o mais longo no cargo, superando o tempo de mandato de um dos fundadores do Estado de Israel, Ben Gurion.

Os votos em seu partido, Likud, de direita, lhe renderam 35 cadeiras, o que representou cinco posições a mais do que as obtidas na eleição passada, em 2015. O seu oponente principal direto, Benny Gantz, de uma coalizão chamada “Azul e Branca”, também obteve 35 cadeiras, 24 a mais em relação a 2015. Embora a imprensa o vendesse como um candidato de centro-esquerda, na verdade é um general da reserva que ficou conhecido por comandar vários ataques letais aos palestinos da Faixa de Gaza. Apesar de seu discurso mais moderado do que o de Netanyahu, sua posição era exatamente

te igual quanto a Jerusalém como capital de Israel, rechaçada por resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), e à anexação definitiva das Colinas de Golã que pertencem à Síria.

Os grandes derrotados na eleição foram o Partido Trabalhista, que conquistou seis cadeiras, treze a menos das obtidas em 2015, o Meretz, com quatro, uma a menos, e a coalizão árabe, com dez cadeiras, três a menos. Em resumo, o que havia de progressismo no Parlamento agora tem pouco mais da metade da representação da legislatura anterior.

Netanyahu deverá compor um novo governo com o apoio de até 65 deputados distribuídos entre o Likud, outros partidos de direita e os conservadores de caráter religioso, embora a divergência entre alguns deles seja marcante. Por exemplo, o partido Yisrael Beiteinu, de Avigdor Liberman, defende o serviço militar obrigatório para todos, enquanto os partidos ultra-religiosos defendem a isenção para os judeus ortodoxos. Esse tema foi o que levou à dissolução do atual governo, mas Liberman não alcançou a votação que esperava depois disso. Se esta for a confirmação de suas negociações, Ne-

tanyahu estará mais confortável do que em 2015, quando conseguiu formar o governo com o apoio de 61 parlamentares, exatamente 50% mais um do total de 120 deputados.

Na avaliação do coordenador palestino das negociações de paz, Saeb Erekat, a população israelense votou contra a paz ao aumentar o poder de Netanyahu, que, durante a campanha eleitoral, afirmou que anexará as áreas da Cisjordânia já ocupadas hoje por milhares de colonos israelenses, apesar de se tratar de território palestino.

Eleições parlamentares na Finlândia

Realizadas no dia 14, deram a primeira colocação para o Partido Social Democrata Finlandês, com quarenta cadeiras de um total de duzentas no parlamento. Porém, em segundo lugar chegou o partido “Finlandeses”, com 39 cadeiras. Este é conservador e de extrema direita no que tange à migração e costumes, além de ser eurocético e contra o chamado “globalismo”. Na Europa articula-se com outros partidos de extrema-direita e com o grupo conservador do Parlamento Europeu. Entretanto, é defensor do Estado de Bem-Estar Social finlandês com uma agenda de centro-esquerda.

Surgiu há cerca de vinte anos, a partir de um partido ruralista, e, em 2011, alcançou o terceiro lugar na eleição. Até 2015 chamava-se “Finlandeses Verdadeiros” e agora simplesmente “Finlandeses”, chegando em segundo lugar, o que comprova a afirmação de Noam Chomsky de que o tema que alavanca a votação da extrema direita não é apenas a migração, pois a presença de imigrantes e refugiados na Finlândia é irrelevante numericamente. Porém, a redução na qualidade de vida e mesmo o conservadorismo enrustido das pessoas parecem ser elementos também importantes.

De qualquer maneira, os social democratas terão a primazia de tentar formar o governo, que poderá ser inclusive de minoria, pois, mesmo coligando com os “verdes” e a esquerda ligada ao Grupo Unido de Esquerda (GUE), isso resultaria em 56 cadeiras. Portanto, um governo de maioria implicaria compor também com setores a direita.

Comediante será novo presidente da Ucrânia

A Ucrânia entrou para o grupo de países que elegeram um chefe de Estado que se define como antissistema. Nas eleições do dia 21 de abril, o ator e comediante Volodimir Zelenski venceu o atual presidente, Petro Poroshenko, com a expressiva porcentagem de 73% dos votos e irá governar pelos próximos cinco anos. Sem experiência política alguma, Zelenski fez uma campanha com promessas vagas, na qual o carro-chefe foi pregar o fim da corrupção.

Zelenski anunciou que iria participar do pleito eleitoral apenas em dezembro de 2018. Até então, interpretava na televisão um professor de história que entrava na política e se elegia presidente para combater a corrupção. Nas telas, até o nome do partido era o mesmo do que no mundo real, “Servo do Povo”. Além da propaganda a mais que tinha com sua série, Zelenski priorizou as redes sociais e só participou de um debate eleitoral, no qual chavões e frases de efeito dominaram seu repertório.

Apesar de não ter um projeto concreto, Zelenski não fez uma campanha pautada no discurso de ódio e de confronto, como aconteceu em outros países que elegeram candidatos antissistema, caso dos Estados Unidos, com Donald Trump, e do Brasil, com Jair Bolsonaro. Seu discurso foi em outro sentido, de buscar resgatar aspectos da identidade da Ucrânia, e também deu indícios que irá seguir uma agenda liberal na economia, como privatizar empresas públicas.

Do outro lado da campanha eleitoral, o empresário Poroshenko tentava sua primeira reeleição. Entretanto, o candidato tinha contra si escândalos de corrupção em seu governo, uma guerra civil no leste do país que já matou mais de dez mil pessoas e uma performance pífia da economia. Atualmente, cerca de 13% do PIB do país têm como fonte envios feitos do exterior por ucranianos que saíram do país. Agora haverá novas eleições em 27 de outubro para escolha das 450 cadeiras do legislativo.

Governo brasileiro desligou-se da Unasul

Na segunda-feira, 15, o Itamaraty informou que o Brasil oficializou a sua saída do bloco União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O episódio marca o

constante enfraquecimento de um projeto soberano de política externa, bem como uma guinada nas relações entre os países da América do Sul com os Estados Unidos.

A Unasul foi criada em 2008, quando a maioria dos países da nossa região tinham governos progressistas, encabeçados por presidentes como o brasileiro Lula, o venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e a argentina Cristina Kirchner. Posteriormente, o que mais se destacou no bloco foi a área da segurança, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), e as mediações feitas em alguns conflitos entre países vizinhos como Venezuela e Colômbia e Equador e Colômbia.

Tanto a criação da Unasul como de outros blocos regionais, por exemplo, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), foram importantes para reafirmar a soberania dos países membros frente aos Estados Unidos e ao Canadá. Em nenhum destes blocos os americanos do norte tinham representação ou voz ativa, ao contrário do que acontecia na Organização de Estados Americanos (OEA).

Porém, desde o término do período progressista e a ascensão de governos de direita e extrema-direita na América Latina, como os casos de Bolsonaro, Mauricio Macri, na Argentina, e Sebastián Piñera, no Chile, esses blocos citados foram questionados e enfraquecidos. Seis países, entre eles o Brasil, já haviam suspenso a sua participação na Unasul em abril de 2018, após desavenças com os únicos países que ainda resistem e possuem governos progressistas como a Bolívia, Venezuela e Uruguai.

Ao saírem da Unasul, os governos de direita criaram um bloco chamado ProSul, que foi ratificado em reunião no Chile no mês passado. Até agora não se sabe bem como este irá funcionar, apenas que é apoiado pelos Estados Unidos e seu presidente, Donald Trump. Todos signatários, incluindo Bolsonaro, pregam um maior alinhamento dos países à política externa americana e, assim, um projeto de soberania para a região é abandonado, além de ser um absurdo criar projetos com dimensão exclusivamente ideológica. Se não faz sentido ter uma ONU de direita e outra de esquerda, tampouco o faz termos duas organizações regionais.



Nos cem primeiros dias do governo Bolsonaro, além das reformas econômicas ultraliberais e das agendas ideológicas neoconservadoras, uma pauta silenciosa teve presença constante nos atos e verbos do Executivo: as transformações estruturais na indústria nacional de petróleo e gás.

A gestão da Petrobras nos cem primeiros dias de Bolsonaro

As medidas de desmonte levadas a cabo pelo governo foram inúmeras, como se pode ver adiante, mas chegaram ao debate público por ocasião das declarações e decisões em torno da política de preços dos combustíveis, em especial do diesel.

A paridade internacional dos preços tem trazido problemas sistemáticos tanto para a economia quanto para a própria Petrobras. Apenas nos últimos doze meses o reajuste do diesel chegou a 13,6% e o da gasolina a 15,5%, ao passo que no mesmo período a inflação foi de 4,58%. Quando se compara o preço do diesel entre os países produtores de petróleo, o Brasil apresenta o segundo combustível mais caro do mundo, cerca de 1,95 dólar o litro (o preço médio global é de 1,07 dólar o litro). Com tamanha imprevisibilidade, se torna proibitivo o custo do frete e inviável o planejamento do transporte de cargas.

Em 2018, uma situação análoga levou à greve dos caminhoneiros e o país viveu os riscos do desabastecimento de diesel, querosene, gasolina e gás, além de risco de interrupção dos serviços de transporte e aviação, aprofundamento de gargalos logísticos e de

infraestrutura, parada na produção de bens industriais e na distribuição de alimentos e medicamentos.

Na ocasião, a resposta do governo não passou por uma mudança significativa na política de preços da Petrobras, mas sim pela suspensão dos aumentos por sessenta dias, a sinalização de aumentos com periodicidade mensal, redução a zero das alíquotas do PIS-Cofins e da Cide sobre o diesel, isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos de caminhões vazios, determinação de que 30% dos fretes da Conab fossem feitos por caminhoneiros autônomos e pelo estabelecimento de uma tabela mínima dos fretes.

Como já era esperado, a manutenção da internacionalização dos preços nas bombas de combustíveis voltou a se tornar um problema em 2019 e, uma vez mais, diante da ameaça de nova paralisação dos caminhoneiros, o governo reagiu erráticamente bloqueando e logo em seguida liberando o aumento de dez centavos no preço do diesel, sinalizando para a criação de um “cartão caminhoneiro” e de uma eventual indexação do valor do frete ao preço do diesel.

A interferência atabalhoada que bloqueou o reajuste de 5,7% no diesel, para na sequência autorizar um aumento de 5,1%, provocou queda de 7% nas ações da Petrobras, perda de catorze milhões de reais/dia na venda do combustível e diminuição de 32,4 bilhões de reais em valor de mercado. Ou seja, em apenas um dia a medida errática provocou uma perda em valor acionário cinco vezes maior do que os 6,2 bilhões de reais que a empresa reconhece ter perdido diretamente em desvios e ilícitos investigados pela Operação Lava Jato.

Vale destacar: a medida do governo incomodou parte de seus apoiadores no mercado financeiro, pelo intervencionismo, pela perda de valor acionário da empresa e pela associação com a política de preços do biênio 2012-2014 (leia mais na pág. 33). No entanto, mesmo que o represamento prolongado dos preços seja contestável, ao longo do governo Dilma ele foi feito com critérios mais amplos e claros, considerando a capacidade de produção, a carga de refino e as taxas de crescimento e consumo.

A questão que se impõe é: afinal, porque governos de discurso explicitamente liberal-conservadores aceitaram empreender tantas medidas ditas “intervencionistas” de subsídio fiscal, indexação de preços, ampliação de crédito público e reserva de mercado, em vez de apenas alterar a política de preços da Petrobras?

Certamente, a resposta para tal pergunta não pode se encontrar apenas em defecções e incoerências ideológicas; ela está em uma outra dimensão, a política de refino e derivados, orientada desde 2016 para a privatização, decisão reafirmada pelo atual governo.

O Brasil consome atualmente cerca de 1,9 milhão de barris de petróleo por dia (bpd). Desde a descoberta do pré-sal a produção nacional atinge cerca de 2,6 milhões de bpd e a capacidade do parque de refino nacional alcança cerca de 2,4 milhões de bpd. Isso significa que somos um país praticamente autossuficiente em petróleo, embora não em derivados.

A taxa de utilização das refinarias, que alcançou 96,1% no final do governo Dilma, caiu para 74,2% no final do governo Temer. Tal capacidade ociosa foi criada deliberadamente com a intenção de abrir o mercado brasileiro para a entrada de novos tra-

ders importadores. Até 2015, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) tinha em seu cadastro cerca de 263 empresas autorizadas a realizar importação de derivados para o Brasil. Entre 2016 e 2018 esse número subiu para 379 empresas licenciadas, um aumento de 30,6%, e não por acaso entre 2015 e 2018 a importação de combustíveis cresceu em torno de 15%.

Como as importações são adquiridas do exterior, seguindo, nesse caso, necessariamente, os preços internacionais; e como elas têm um peso crescente no abastecimento do mercado interno, os preços nacionais respondem cada vez mais aos preços dos importados.

Desse modo, a política de internacionalização dos preços é a antessala da política de subutilização do parque de refino estatal e deve ser entendida como pressuposto para o anúncio recente de que a partir do segundo semestre de 2019 a Petrobras deve se desfazer de metade de suas refinarias, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Atualmente a Petrobras tem treze refinarias, a venda de seis delas significa abrir mão de cerca de uma capacidade de refino de 1,2 milhão de bpd.

No mesmo compasso, no âmbito da política de gás e logística nas últimas semanas, a Petrobras anunciou a consolidação de sua maior operação dentro do atual programa de desinvestimentos, a venda de 90% de suas participações na Transportadora Associada de Gás (TAG) por 8,6 bilhões de dólares. A rede de 4,5 mil quilômetros de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste será operada pelo grupo Engie e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt, caso a operação seja avalizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O desmonte do segmento *downstream* (refino) descrito acima veio acompanhado do anúncio da retomada nos investimentos em *upstream* (exploração e produção), sinalizando para a concentração de *core business* da empresa como forma de maximização do valor acionário.

De acordo com o último plano de negócios da Petrobras (PNG), os investimentos projetados para o próximo quinquênio devem crescer quase 15%, saindo de 60,3 bilhões de dólares para 68,8 bilhões de dólares. Antes de se encontrarem contradições intervencionistas em tais medidas é importante notar

que ela se orienta para a conversão da Petrobras de uma empresa integrada do setor de energia em uma empresa enxuta apenas de exploração e produção de óleo e gás em águas profundas e ultraprofundas.

Tal concepção deveria substituir a perspectiva de empresa orientada para a soberania energética e a garantia de abastecimento da população por uma perspectiva de empresa estritamente orientada para a governança corporativa e a maximização de valor para os acionistas. No entanto, mesmo atuando como acionista majoritário o governo Bolsonaro explicita a falta de coordenação entre a presidência, a equipe econômica e a direção da Petrobras. Enquanto o ministro da Economia defendia a “independência da Petrobras para definir o preço dos combustíveis”, um áudio vazado com o ministro da Casa Civil explicitava que o governo havia dado “uma trava na estatal”.

Esse não é um caso único, em pelo menos três outras ocasiões nesses cem primeiros dias, o governo atuou na contramão de planos e diretrizes definidos pela própria empresa.

Nesse primeiro trimestre as tentativas de ingerência do governo incidiram sobre o plano de cargos e salários da estatal, com a tentativa de se nomear um capitão do círculo de relações pessoais de Bolsonaro como gerente-executivo de inteligência e segurança corporativa da Petrobras, à revelia das recomendações do comitê de indicações da em-

presa; mais ainda, a interferência inadvertida incidiu sobre o plano de investimentos da empresa, com a promessa de participação em leilões de exploração e produção *offshore* na costa de Israel, na contramão do próprio plano de negócios e gestão da companhia; por fim, ainda que indiretamente, o governo interferiu também no plano de desendividamento da companhia, dado que a arbitragem da contenda entre União e Petrobras na cessão onerosa frustrou em cerca de cinco bilhões de dólares a criação de créditos para a petrolífera brasileira, contrariando expectativas da direção da companhia.

Para tentar acalmar os ânimos do mercado financeiro, diante de tantas medidas erráticas, o ministro Paulo Guedes sinalizou nos últimos dias que o presidente Jair Bolsonaro começa a considerar a hipótese e nutrir alguma simpatia pela privatização integral da Petrobras. O que as decisões concretas revelam, entretanto, é que o governo deve seguir o jogo de morde e assopra a fim de dar prosseguimento à abertura e internacionalização desse setor.

Para além do debate sobre as incoerências liberais ou sobre as inconsistências intervencionistas na Petrobras, o que se observa em curso nesses cem primeiros dias de governo Bolsonaro é uma tentativa célere, e por vezes atabalhoada, de levar a cabo o desmonte do arranjo econômico-institucional que viabilizou a modernização energética e petrolífera brasileira, ora por meio de instrumentos estatais ora por meio de mecanismos de mercado.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção analisa as disputas entre o governo Bolsonaro e o Congresso, abordando também a tramitação da Reforma da Previdência, E apresenta a insatisfação da opinião pública com os cem dias do governo e suas medidas, aumento da percepção da desigualdade e avanço do Brasil no ranking de intolerância e falta de liberdade de imprensa.

Impasses na reforma da Previdência

Em abril o governo demonstrou dificuldades na articulação política de sua agenda no Poder Legislativo, em especial após entrar em rota de colisão com Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados no final de março. Com o início da tramitação da Reforma da Previdência na casa, projeto controverso e que retira direitos, o governo teve dificuldades até com os deputados ligados ao empresariado ou comprometidos com pautas neoliberais e de direita, que cobraram diálogo por parte do governo. Isso se deu tanto no centrão, bloco conservador e fisiológico presente em peso na Câmara e no Senado, como até no partido do presidente da República, o PSL.

Durante todo o conflito ficou evidente que o discurso antipolítico que permitiu eleger este governo não se concilia com a realidade política da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, seja do ponto de vista do diálogo em torno das propostas, que o presidente se recusou a fazer já na campanha eleitoral, seja em relação à cobrança dos partidos de

centro e direita por mais espaço no governo ou por emendas parlamentares, instrumentos de negociação no modelo presidencialista brasileiro.

Calcado na promessa vazia de uma nova política, o governo na realidade se valeu tanto para se eleger, como agora para governar, do discurso que criminaliza a política e aspectos fundamentais do funcionamento da democracia, como o pluralismo, o debate e o diálogo. Após a crise com Maia, ficou evidente que o objetivo do governo era transferir o ônus da aprovação de uma reforma perversa e impopular - que retira o direito fundamental à aposentadoria e tirará votos daqueles que nela votarem - para os próprios deputados e para o Poder Legislativo como um todo.

Para garantir que a proposta, apresentada por meio da PEC 6/2019, seguisse tramitando, o governo retirou quatro pontos da reforma, sendo estes o fim da obrigatoriedade de recolhimento de FGTS de aposentados, a definição do foro de Brasília para ações judiciais sobre questões previdenciárias, a re-

tirada da definição de aposentadoria compulsória da Constituição e a exclusividade do Executivo para propor mudanças na Previdência. Como a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde o projeto estava até então, não julga o mérito e sim a constitucionalidade da proposta, tais pontos foram retirados para acelerar a aprovação do relatório da Comissão.

Informações veiculadas na imprensa após a aprovação do relatório na CCJ, no dia 23, já apontam que o governo prometeu para cada deputado que votasse a favor quarenta milhões de reais em emendas. Na comissão, o debate político seguiu interdito, com manobras regimentais controversas que serão contestadas pela oposição no Supremo Tribunal Federal, de acordo com líderes dos partidos do bloco.

Com a realidade batendo à porta e tendo a Reforma como o primeiro grande desafio político do governo, visto que há a necessidade de atender os anseios daqueles que apoiaram sua candidatura, em especial o mercado financeiro, a prática pode subverter o discurso. Resta saber qual o impacto de tais práticas em sua base social mais radical e que viu em Bolsonaro o representante da antipolítica que pregam.

Aumenta descontentamento com governo

O mês de abril foi marcado pela passagem dos cem dias de governo e os principais institutos de pesquisa de opinião pública do país aferiram a avaliação de governo e a expectativa dos brasileiros com as principais medidas anunciadas. Institutos que atuam em âmbito internacional situaram o Brasil em rankings internacionais nos quesitos de desigualdade, intolerância política e liberdade de imprensa.

Uma série de indicadores negativos apontam para a conclusão de que o Brasil passa por um momento difícil, com a pior avaliação de governo desde a democratização para o período. A crise econômica e ausência de credibilidade se reflete na percepção de aumento da desigualdade. Aos que diziam que bastava tirar Dilma e o PT para que o país voltasse a crescer, faltam argumentos razoáveis para explicar por que, passados três anos do impeachment de Dilma e um ano da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não há nenhum sinal de melhora.

Para além da crise econômica, o que se percebe

é também uma crise do sistema político e da democracia, agravadas pelo golpe e por uma disputa eleitoral desonesta.

Aos cem dias de governo, o Datafolha mostrou que 32% consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom, 33% regular e 30% ruim ou péssimo. O Vox Populi seguiu a mesma tendência com 24% de avaliação negativa do governo Bolsonaro, 34% positiva e o mesmo índice como regular. Já o desempenho pessoal de Jair Bolsonaro foi considerado regular por 39% da população.

Segundo a Vox, um terço da população (34%) se considera pró-Bolsonaro, o mesmo índice se considera neutro (34%) e 30% se dizem anti-Bolsonaro. Quase dois terços dos entrevistados (61%), consideram que Bolsonaro fez menos do que o esperado, 22% disseram que ele cumpriu o esperado e para 13% Bolsonaro fez mais do que o esperado.

Para 31% a situação econômica do Brasil piorou nos últimos meses, 22% consideram que melhorou e 20% que ficou igual, enquanto a situação econômica pessoal de metade dos entrevistados (51%) não mudou, piorou para 29% e melhorou para 20%.

Mais da metade da população ouvida pelo Vox Populi (57%) afirma que o Brasil está no caminho errado e Lula é o melhor presidente que o Brasil já teve (48%) e 55% reconhecem que prisão se deu por motivos políticos e que Moro o prendeu para impedir que fosse candidato a presidente (49%).

Na mesma data a CUT-Vox Populi apurou que 65% dos brasileiros são contra a proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro, que praticamente acaba com o direito à aposentadoria. Os pontos mais rejeitados da reforma são a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres, rejeitado por 73%; assim como o aumento do tempo mínimo de contribuição de ambos de quinze para vinte anos; a necessidade de contribuir por quarenta anos para receber 100% do valor do benefício, com 81% de rejeição e 69% são contra o modelo de capitalização.

Segundo o Datafolha, em pesquisa realizada entre 2 e 3 de abril, 51% rejeitam a reforma da Previdência e 41% são favoráveis. A rejeição à idade mínima de 62 anos para mulheres é de 65% e 53% são contra os

65 anos de idade para homens se aposentarem. A maioria também é contrária ao tempo de contribuição de quarenta anos, mas 66% apoiam a cobrança de alíquotas mais altas de quem ganha mais.

A pesquisa também mediu o apoio da população ao pacote anticrime do ministro da Justiça Sérgio Moro. Ainda que o governo tenha sido eleito com base no combate à criminalidade, a “licença para matar” não tem apoio popular (leia mais na página 16). A pesquisa constatou que 64% acham que a arma de fogo deveria ser proibida porque representa ameaça à vida de outras pessoas e 72% não se sentem mais seguros se as pessoas estiverem armadas. Apenas 27% dos entrevistados já cogitaram comprar uma arma e 20% pensam em comprar após o governo ter flexibilizado as regras.

No que diz respeito à ação da polícia, a grande maioria (81%) avalia que não pode ter liberdade para atirar em suspeitos porque podem matar inocentes, 79% concordam que policiais que matam devem ser investigados e 82% pensam que, mesmo sob forte emoção, quem atira em alguém deve ser punido.

A pesquisa “Nós e as desigualdades” divulgada em abril pela ONG Oxfam Brasil, em parceria com o Instituto Datafolha, ouviu 2.086 pessoas entre os dias 12 e 18 de fevereiro de 2019. Segundo o estudo, o Estado tem papel fundamental no enfrentamento à redução da desigualdade, 86% da população acreditam que o progresso do Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre ricos e pobres e 84% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre os muito ricos e os muito pobres.

Para construir um Brasil mais justo e solidário, 77% concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais, 75% apoiam a universalidade do ensino público fundamental e médio e 73% defendem universalidade para atendimento em postos de saúde e hospitais.

Como outro aspecto da desigualdade, a discriminação racial e de gênero também é amplamente percebida, uma vez que 71% admitem que a Justiça é mais dura com negros e 52% concordam que negros ganham menos por serem negros, enquanto 64% consideram que o fato de ser mulher impacta negativamente a renda.

Para dois terços da população “fé religiosa”, “estudar” e “acesso à saúde” são as três prioridades para uma vida melhor, no entanto 57% não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos.

Um levantamento feito pelo Instituto Ipsos constatou que a polarização política no Brasil atingiu um índice de intolerância que supera a média internacional. O levantamento foi feito com 19,7 mil entrevistados, entre 16 e 64 anos em 27 países onde o instituto atua, sendo cerca de mil com brasileiros.

A pesquisa mostrou que os brasileiros estão menos propensos a aceitar as diferenças e que o radicalismo nas discussões político-partidárias é alto. Para 84% dos brasileiros o Brasil está dividido e diferenças políticas e econômicas são as principais causas da polarização. O Brasil está em sétimo lugar, empatado com Estados Unidos, Polônia e Espanha. Em primeiro lugar, aparece a Sérvia, seguida por Argentina, Chile e Peru.

Segundo o instituto, 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas. O índice alcançado pelo Brasil nesta questão é maior do que quase todos os países pesquisados, onde a média foi 24%, ficando atrás apenas da Índia (35%) e África do Sul (33%).

Quatro em cada dez brasileiros se sentem mais confortáveis junto a pessoas que têm pensamentos similares aos seus. Os 31% com visão política diferente das suas não se importam com o futuro do Brasil e 39% concordam com a frase “quem tem visão política diferente de mim foi enganado”, 39% acreditam que pessoas não vão mudar de opinião ainda que evidências contrárias sejam apresentadas.

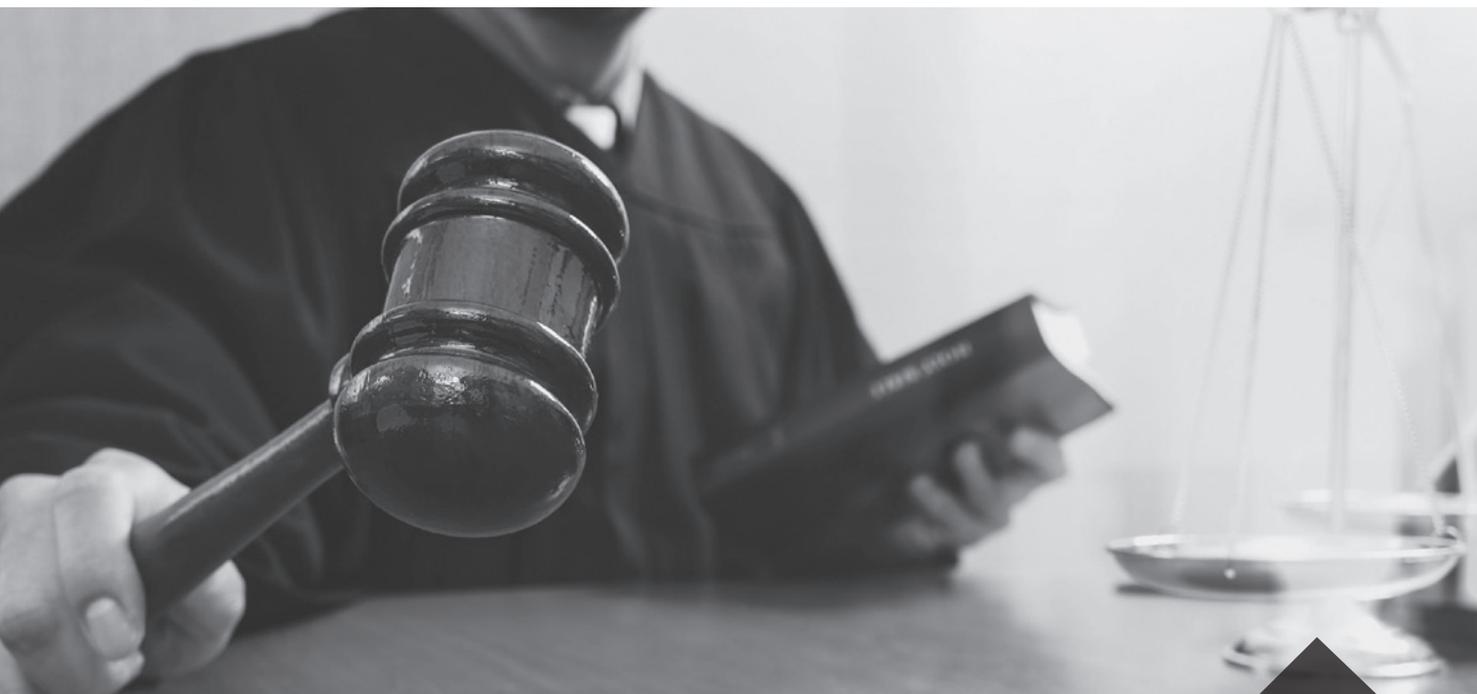
O nível de intolerância política afeta as diversas relações pessoais, sejam elas familiares ou profissionais, e interações nas redes sociais. As divergências políticas associadas a “valores e princípios” se multiplicaram após as eleições do ano passado e 44% dos brasileiros acreditam que o Brasil está se tornando mais perigoso do que há vinte anos.

Segundo o diretor da Ipsos Brasil, Marcos Calliari, o debate político está se reduzindo, a cultura do diálogo está sendo desestimulada. É necessário transformar opiniões distintas em diálogo construtivo.

No dia 18 de abril a ONG Repórteres Sem Fronteiras divulgou o ranking de liberdade de imprensa de 2019, mostrando que o Brasil perdeu três posições e agora ocupa a 105ª posição entre 180 nações. A apresentação do documento se deu em meio à polêmica com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de retirar do ar reportagem do site O antago-

nista e da revista *Crusoé*, que apontavam suposta ligação do presidente do STF, Dias Toffoli, com a Odebrecht, no âmbito de inquérito para apurar notícias falsas e crimes contra a honra de ministros da corte. Essa realidade pode ser facilmente constatada no Brasil, com o aumento de casos de ameaças e morte de profissionais de imprensa.

JUDICIÁRIO



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a farsa jurídica da condenação de Lula. Escondidos atrás de malabarismos jurídicos, os ministros mostraram que têm lado na maior perseguição a um líder político após a Constituição de 1988.

A farsa na condenação de Lula

Foram horas de um espetáculo de cinismo e engenharia jurídica. Os ministros do STJ sabem que a decisão de Moro é ruim e mal fundamentada. Sabem também que faltam provas contundentes para a condenação de Lula. Ainda assim, escolheram se esconder na corriqueira “vedação do reexame de fatos e provas” na instância para manter a condenação.

Em síntese, atrás de muitas togas, gravatas e rocós intelectuais, a decisão dos ministros afirma que como o STJ só pode analisar a legalidade das decisões, a ausência de provas para a condenação não pode ser revista pela corte. No entanto, todos os ministros votaram pela redução da pena do ex-presidente, sob o argumento de que os fatos não eram tão graves, o que aumenta ainda mais a cena montada. Se o STJ não pode atestar a vasta insuficiência de provas no processo, como ele pode analisar que a pena imposta pelo TRF-4 foi exagerada? A redução da pena serviu à demonstração cênica de que há alguma aberração no processo.

A sessão foi transmitida na íntegra via internet e retransmitida em canais de TV fechada. O espetáculo estava montado. Os nós nas gravatas dos quatro ministros estavam perfeitos. As togas, impecáveis. As camisas, sem nenhuma marca de amassado. Até o fotógrafo vestia uma toga brilhante. No início da sessão, a transmissão estava péssima, e logo foi corrigida por uma imagem de qualidade que faz inveja às novelas da Globo.

Não havia sustentação oral da defesa, apenas os ministros falaram. Toda a sessão foi marcada por uma verdadeira cena de filme, mais um capítulo da vergonhosa história que vive o Brasil. A direção e o roteiro parecem ter saído do prédio do Ministério da Justiça, que fica a menos de dois quilômetros do STJ. O julgamento foi uma peça muito ruim de teatro, com personagens sem graça que muito falaram e nada se fizeram entender.

Durante o julgamento, muitos fóruns de discussão e defesa de Lula afirmavam que não entendiam

o que estava acontecendo, pedindo ajuda para as “pessoas jurídicas” que ainda existem na defesa da democracia. Curioso que, segundos após o fim do julgamento, a Globo News voltou aos seus estúdios explicando detalhadamente o conteúdo da decisão. Só essa diferença de compreensão já nos aponta para quem de fato foi o recado principal daquela peça vergonhosa que havia terminado.

Os espectadores do lado de lá rapidamente se mobilizaram na hashtag “acelera TRF-4”, com medo de a diminuição da condenação de Lula resultar numa eventual prisão domiciliar. É isso mesmo: pessoas físicas, com vida normal, rapidamente fazem campanha aberta para um tribunal alterar o ritmo de seu trabalho e com isso prejudicar um réu.

O espetáculo de cinismo e degradação jurídica estava concluído. Com os requintes de inúmeras autorreferências e elogios trocados que podiam passar ao espectador desavisado a sensação de que aquela era uma seção das ágoras gregas. Nem o STF faz isso mais. Estamos mais acostumados a assistir episódios como “me poupe dos seus sentimentos ruins”, ou “falsos heróis despreparados, cretinos, coisa de gângster”.

É interessante entender como essa cena impecável do STJ foi possível em meio a uma das maiores crises da história do STF. O mês de abril foi marcado por um verdadeiro incêndio na maior corte jurídica do Brasil. Há um racha no Supremo entre os ministros que já aderiram ao partido do lavajatismo e aqueles que, por mais que possuam razões contraditórias, ainda se portam em defesa de algum grau de estabilidade democrática para o país.

É nesse contexto que se encontram os processos de Lula, a Lava Jato e o sistema jurídico brasileiro. Em tempos sombrios, os precedentes sobre o comportamento do Judiciário brasileiro não são alvissareiros. Os atos institucionais da ditadura bra-

sileira eram considerados constitucionais. O Judiciário brasileiro foi um leão contra a candidatura de Lula à presidência em 2018 e foi um gatinho com o escândalo das fake news e do whatsapp da campanha de Bolsonaro.

A opinião pública brasileira sempre se portou de forma contraditória com as narrativas de perseguição. Até hoje há dúvida sobre as barbaridades do Estado na ditadura. Sobre Lula, é muito comum a resposta: “ah, então você está dizendo que ele tem sete processos, está preso há um ano, e não fez nada?”. Isso porque o sistema legal é forjado para uma linguagem e estética que, de tão incompreensíveis, se tornam mais legítimas pela pompa do que pela capacidade de justiça social. O que vale mais: a toga/farda, ou a verdade?

Sobretudo no sistema penal, o direito, em sua faceta mais cruel, vale para os pobres, ou para aqueles que possuem algum grau de desprezo das elites que compõem o Poder Judiciário. Lula sabe disso, e por isso mesmo insiste no respeito às instituições e cumpre as absurdas decisões tomadas contra ele. Porque sabe que apenas a reversão desse processo pode acarretar alguma transformação capaz de tirar o país dessa degradante situação. Se fugisse, Lula seria um fugitivo, não um herói. Preso, Lula é um cidadão digno que aguarda o restabelecimento da Justiça sobre a sua situação. Ele já sabe que a história o absolverá. Falta o presente.

Sobre o Judiciário, não é possível esperar que saia perfume de onde sempre saiu água turva. As pessoas precisam entender isso. Lula parece compreender que apenas uma alteração na conjuntura pode provocar o fim dessa tragédia. O direito não foi criado para alterar a conjuntura, e sim para mantê-la. O papel aceita tudo. A situação não é política, é humana, e trata de verdade e justiça contra o privilégio e a indiferença.

SEGURANÇA PÚBLICA



Os crimes de maio de 2006 chocaram o país e o mundo e deixaram mais de quinhentas vítimas. Treze anos depois a política pública caminha no sentido errático de mais encarceramento, de fortalecimento do crime organizado e violência de Estado.

Maio: os erros de 2006 e de 2019 – o que aconteceu?

Neste mês completam-se treze anos dos crimes de maio de 2006. O país assistiu atônito a uma onda de atentados que resultou em 564 pessoas mortas no estado de São Paulo por armas de fogo.

Tudo começou quando, em 11 de maio, a Secretaria de Administração Penitenciária na gestão do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, do então PFL (era vice do governador Geraldo Alckmin, então pré-candidato à presidência) decidiu transferir 765 presos para a penitenciária 2 de Presidente Venceslau, de segurança máxima, após escutas telefônicas terem revelado que organizações criminosas estavam planejando rebeliões para o Dia das Mães, que aconteceria no dia 14.

No dia 12, após a transferência de Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, considerado o líder do PCC (Primeiro Comando da Capital), houve rebeliões articuladas em 74 unidades penitenciárias do estado além de atentados contra equipamentos das forças de segurança pública como delegacias,

bases da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Metropolitana, além de viaturas. No total, 59 agentes públicos foram assassinados entre os dias 12 e 14 de maio.

A retaliação tomou proporções astronômicas: 505 civis mortos – a maioria entre os dias 14 e 17 de maio. O dia mais crítico foi o próprio 14, dia das mães. Pela distribuição das mortes ao longo do período, nota-se que a maior parte das vitimizações não ocorreu em confronto armado. Na verdade, não há registro de embate direto entre forças da polícia e o crime organizado. A esmagadora maioria das vítimas foi executada por policiais em exercício do cargo e/ou por grupos de extermínio. A maioria homens (96%), pretos e pardos, pobres, periféricos. Apenas 6% tinham antecedentes criminais, o que indica uma ação dos agentes de Estado indiscriminada, espontânea e absurda. Mais de quinhentas pessoas foram assassinadas indiscriminadamente pelas mãos do Estado.

Débora Maria da Silva, que perdeu seu filho Ed-

son Rogério Silva dos Santos, de 29 anos, fundou o grupo Mães de Maio, que reúne familiares de vítimas de violência do Estado. O movimento, que se dedica a denunciar violações de direitos humanos e dar visibilidade aos crimes cometidos pelo Estado, já ganhou vários prêmios pela sua atuação e segue exigindo Justiça com o lema “Nossos Mortos Têm Voz”.

Falência do modelo de Segurança Pública

Como legado de maio de 2006, restou à população um acordo da cúpula do governo do estado (PSDB/PFL) com o PCC – acordo este que, mesmo que não oficializado, é de amplo conhecimento público – e um empoderamento do crime organizado, que saiu mais forte e demonstrou que, além do controle das unidades prisionais (exibido já em 2001, quando operou a sua primeira megarrebelião), tem condições de controlar as ruas do país.

Depois deste episódio ainda houve a nacionalização do PCC com a transferência de lideranças para penitenciárias de outros estados. Mas esta história fica para outra edição do boletim. Importante agora ressaltar que o atual modelo de política de segurança pública se mostrou ineficiente em barrar a ação do crime organizado e de garantir a segurança nas cidades do país, ao passo que vitimiza uma parcela específica da população – a preta, pobre, periférica – com encarceramento e extermínio.

Segundo o relatório do Conselho Nacional de Justiça de 2018, existem atualmente no Brasil 602.217 presos. Mais de 60% são negros. Cerca de 40% são presos provisórios. A maioria das acusações são de roubo (27%) e tráfico de drogas (24%) – crimes de baixo nível de periculosidade lotam cadeias e ajudam o crime organizado a angariar cada vez mais mão de obra.

Do lado de fora dos presídios, mais de sessenta mil mortes por ano, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2017, foram 5.144 pessoas mortas por polícias, numa média de catorze por dia. Uma a cada três, negra.

A resposta dos últimos governos não parece estar à altura do problema: ainda mais encarceramento e policiamento ostensivo. No primeiro trimestre de 2019, em comparação com o mesmo período

de 2018, houve sensível queda nos homicídios, segundo o G1, mas esta queda foi acompanhada – não coincidentemente – por aumento expressivo da letalidade policial. O recado torna-se claro: aquilo que incomoda é eliminado. Pouca prioridade orçamentária para inteligência e investigação. No Brasil, apenas 6% dos casos de homicídios são esclarecidos.

Ainda, um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que dos 1,7 bilhões de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública, a Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados) tem consumido 62% desta verba. A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa (como resposta emergencial a crises), com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade. Hoje, a Força Nacional está presente em estados como Ceará, Roraima e foi convocada também para Brasília por conta das manifestações sindicais e indígenas marcadas para ocorrer na Esplanada dos Ministérios.

Importante ressaltar que o governo federal, apesar de não ter atribuição constitucional clara na área da segurança pública – a principal atribuição cabe aos estados –, tem o poder de induzir políticas por meio de exigências ao direcionar recursos, mas isso não tem sido feito.

Projeto do ministro Sérgio Moro

Neste contexto, o ministro da Justiça e Segurança Pública tenta transformar o que é “desvio do sistema penal”, como prisões ilegais de cidadãos esperando julgamento (que totalizam 40% da população carcerária hoje) e policiais que matam em serviço em legalidade, por meio de dois dispositivos:

- Excludente de Ilícitude para Policiais: a chamada “carta branca para matar”. Aqui, um policial que matar uma pessoa e alegar que agiu sob “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” poder ficar sem nenhuma punição. Várias entidades se pronunciaram apontando que esta medida deverá au-

mentar o número de vítimas de ambos os lados: policiais se sentirão mais livres para apertar o gatilho e bandidos, com mais medo, também o farão.

- *Plea Bargain*: Modalidade de origem nos países de sistema *common law* (o principal exemplo é o dos Estados Unidos) e se traduz em um acordo entre a acusação - normalmente o Ministério Público - e o réu, através do qual o acusado se declara culpado das acusações em troca de uma atenuação da pena. Nesta modalidade, caberia ao juiz apenas a anuência do acordo. Nos Estados Unidos, 95% dos casos são resolvidos antes de serem levados a julgamento com a utilização deste acordo penal.

O sistema, porém, gera questionamento sobre condenação de inocentes e excessivo fortalecimento do MP, que passaria a ter poderes judiciais e legislativos, em um caminho quase sem volta para

o abismo de um já discriminatório e ineficiente (principalmente para os mais pobres e negros) Sistema de Justiça Criminal. Ou seja, em situação de extrema vulnerabilidade, os mais pobres tenderiam a fechar qualquer tipo de acordo, mesmo sendo inocentes. Conclusão: ainda mais encarceramento. Lembremos que os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo, com dois milhões de pessoas presas.

Assim, esses dois pontos centrais no projeto do ex-juiz Sérgio Moro, ao contrário de corrigir os desvios de um sistema dentro das regras do Estado Democrático de Direito, aprofunda-os. A perspectiva passa ser ainda mais encarceramento, fortalecimento do crime organizado e vitimização de uma população já vulnerável. As saídas para o problema caminham no sentido exatamente oposto.



Nesta seção são analisados os últimos dados do mercado de trabalho, que apontam como as políticas dos governos Temer e Bolsonaro - de arrocho fiscal e social - não têm sido capazes de fazer a economia gerar empregos de qualidade para os trabalhadores. Abordam-se também estudos que desmontam os argumentos do governo para forçar a reforma da Previdência (PEC 06/2019), que chegam no momento em que o Ministério da Economia decide colocar sob sigilo as informações que embasam a proposta.

Grave situação no mercado de trabalho

A crise no mercado de trabalho atingiu proporções recordes no trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, ou seja, já considerando os primeiros meses do governo Bolsonaro. A população subutilizada (27,9 milhões) é recorde da série histórica, com alta de 3,3% (901 mil pessoas a mais) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2018 (27 milhões) e de 2,9% (mais 795 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Contam como subutilizados as pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial. A pesquisa mostra que também são recordes históricos a população fora da força de trabalho (65,7 milhões) e o número de pessoas desalentadas (4,9 milhões).

Também, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra que a taxa de desocupação foi de 12,4% no trimestre analisado, subindo 0,9 ponto

percentual em relação ao anterior e considerada estável em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (em que foi de 12,6%). Já a população desocupada chegou a 13,1 milhões no trimestre analisado.

Sobre o emprego formal, medido pelo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), o governo comemorou que em fevereiro/2019 houve um saldo de 173 mil novos postos de trabalho, acima do esperado pelos especialistas e o maior para um fevereiro desde 2014. Para março/2019, no entanto, o saldo veio negativo, ou seja, o Brasil perdeu 43 mil postos, no pior resultado para março desde 2017, pela desaceleração da economia e crise de confiança, que se expressa nas quedas sucessivas de expectativa para o PIB de 2019.

Além disso, o estoque do emprego formal em fevereiro de 2019 (38,6 milhões) atingiu níveis semelhantes ao estoque do emprego formal em fevereiro de 2012 (38,2 milhões). Ou seja, enquanto a população cresceu 8% nos últimos sete anos, o nível de empregos formais não acompanhou. O

ápice deste número, para um mês de fevereiro, foi 2015, quando chegou a 40,7 milhões.

Apesar dos ataques do presidente da República às estatísticas de emprego, afirmando que as medições do IBGE são feitas para enganar a população, observando os centros de grandes cidades brasileiras é possível perceber que a realidade mostrada pelas pesquisas se confirma e se expressa na quantidade de vendedores ambulantes, pedintes e pessoas em situação de rua, que muito aumentou nos últimos anos. Percebe-se que as políticas de arrocho fiscal e social de Temer e Bolsonaro - essencialmente na mesma direção - não têm sido capazes de fazer a economia voltar a crescer e gerar empregos de qualidade.

Governo cesura críticas à Reforma

Enquanto o governo tomou a decisão de censurar o acesso aos cálculos que baseiam o projeto da reforma da Previdência, bem como análises do Ministério da Economia sobre seus impactos sociais, diversos estudos têm tentado jogar luz sobre aspectos que tenta esconder na discussão sobre o tema.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), por exemplo, lançou diversos estudos em que destrincha como a reforma será negativa para segmentos específicos da população: seu impacto é mais forte para as mulheres, que ficarão ainda mais sobrecarregadas devido à dupla jornada de trabalho (trabalho reprodutivo e produtivo) na sociedade brasileira; os cálculos sobre as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), realizados e divulgados pelo governo, possuem diversos erros que mascaram que a mudança pretendida é pior para os potenciais beneficiários do programa em questão; a previdência chilena, considerada modelo para a capitalização proposta pela equipe de Guedes, gerou uma legião de idosos fora do sistema previdenciário ou pobres,

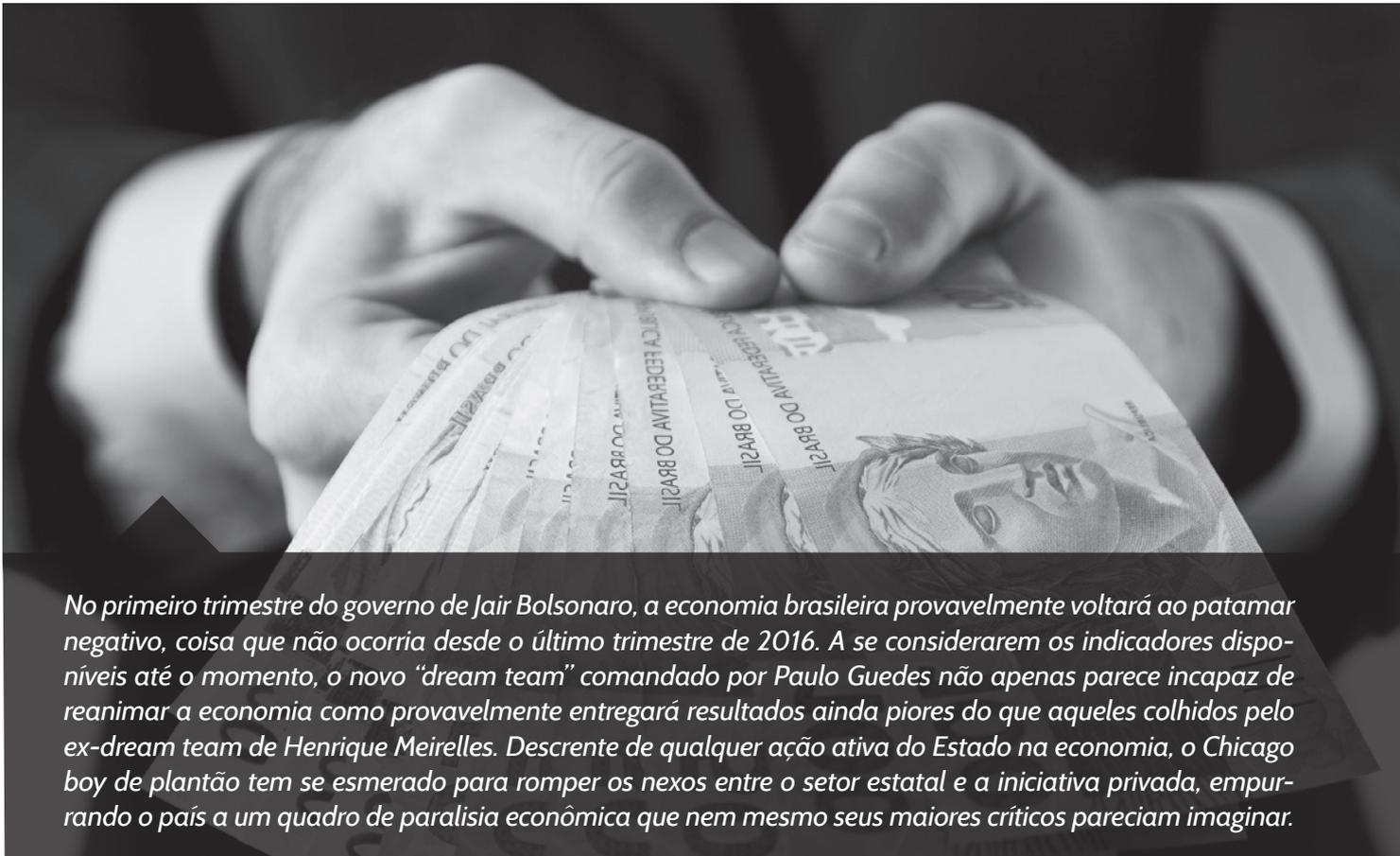
pois mesmo entre os que conseguem acesso ao benefício muitos recebem valores abaixo do salário mínimo; e a PEC 06/2019 se propõe a ser uma desconstrução completa do modelo previdenciário previsto na Constituição Federal de 1988.

Já os economistas Eduardo Moreira, Paulo Kliass e Eduardo Fagnani elencam 44 pontos importantes para o debate sobre a reforma da Previdência, que não têm sido considerados pelo governo, tais como a falta de consistência dos dados apresentados nos sites oficiais, a retirada de recursos da Previdência Social ao longo de anos para o pagamento de outras despesas do Orçamento (com a Desvinculação das Receitas da União - DRU) e o fato de que até o início da crise econômica em 2015 o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) urbano era superavitário.

As economistas Anelise Manganeli e Daniela Sandi apontam que os débitos junto à Previdência Social ultrapassam o montante de um trilhão de reais, que deveriam, segundo a proposta de Guedes, ser "economizados" com a reforma em dez anos. Luiza Dulci também aponta que a proposta, embutida na PEC 06/2019, de tornar mais difícil o acesso do homem e da mulher do campo à Previdência Social, terá impactos nefastos, como desamparo, violência e êxodo rural.

Assim, diversos especialistas e instituições têm buscado realizar um debate sério e embasado sobre os impactos sociais da reforma da Previdência e as injustiças que esta vai causar ou aprofundar. O governo, por outro lado, ataca quem o questiona com chavões vazios como referências a Cuba ou Venezuela ou afirma que os que não concordam com a proposta devem ser internados (como fez Paulo Guedes em participação recente em audiência no Congresso) e mostra outra faceta autoritária ao restringir o acesso aos dados oficiais sobre a reforma que quer que o Brasil creia ser necessária.

ECONOMIA



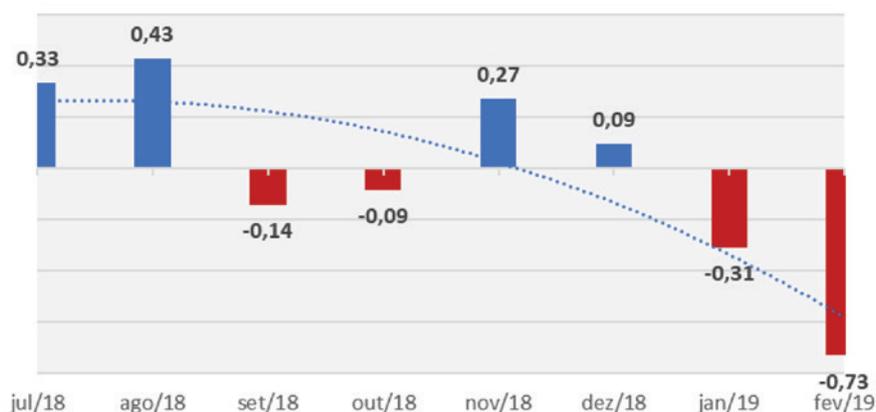
No primeiro trimestre do governo de Jair Bolsonaro, a economia brasileira provavelmente voltará ao patamar negativo, coisa que não ocorria desde o último trimestre de 2016. A se considerarem os indicadores disponíveis até o momento, o novo “dream team” comandado por Paulo Guedes não apenas parece incapaz de reanimar a economia como provavelmente entregará resultados ainda piores do que aqueles colhidos pelo ex-dream team de Henrique Meirelles. Descrente de qualquer ação ativa do Estado na economia, o Chicago boy de plantão tem se esmerado para romper os nexos entre o setor estatal e a iniciativa privada, empurrando o país a um quadro de paralisia econômica que nem mesmo seus maiores críticos pareciam imaginar.

Nível de Atividade

A divulgação do indicador antecedente do PIB calculado pelo Banco Central (IBC-Br) referente ao último mês de fevereiro provocou desânimo entre a maioria dos analistas econômicos, levando grande parte das consultorias econômicas a rever suas projeções

em relação ao desempenho da economia brasileira para o ano de 2019. Não por outra razão, na segunda-feira, 22 de abril, o Boletim Focus produzido pelo Banco Central registrou a oitava queda consecutiva do PIB, dessa vez com as apostas apontando para uma desaceleração ainda mais intensa do que se verificava nas semanas anteriores.

Indicador Antecedente do PIB (IBC-Br)
(variação sobre o mês anterior - em %)



Fonte: Banco Central do Brasil - Elaboração própria

De acordo com o IBC-Br calculado pelo Banco Central, no mês de fevereiro a economia brasileira teria sofrido uma retração de 0,73% ante o mês anterior, depois de ter caído 0,31% em janeiro (veja gráfico). Com isso, o trimestre que compreende o período que se estende do último mês de 2018 até o segundo mês de 2019 teria fechado com uma contração do PIB de 0,21%, sinalizando que é bastante alta a probabilidade de a economia estar a caminho de uma nova trajetória recessiva.

De fato, a análise dos diferentes indicadores setoriais não autoriza uma conclusão mais otimista. No mês de fevereiro, o comércio varejista se manteve estagnado em relação ao volume de vendas registrado em janeiro. Entretanto, já no comércio varejista ampliado (que inclui o comércio de veículos, partes e peças e também de materiais da construção civil) registrou-se uma queda de 0,8% na passagem do primeiro para o segundo mês do ano. Com isso, as vendas totais no varejo ainda permanecem 6,6% abaixo do nível recorde alcançado em outubro de 2014.

No setor de serviços, por sua vez, a queda em fevereiro alcançou 0,4%, repetindo o mesmo número do mês anterior e, portanto, levando a uma queda acumulada de 0,9% apenas nos dois primeiros meses do ano. Entre os subsetores que mais contribuíram para essa contração de fevereiro, destacam-se as atividades de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,6%). É a terceira taxa negativa seguida desse subsetor que já acumula uma perda de 3,9% no trimestre encerrado em fevereiro e que, cabe assinalar, vem se mobilizando em função dos seguidos aumentos do preço do diesel.

O setor industrial foi o único a apresentar resultados positivos na passagem de janeiro para fevereiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de produção física da indústria cresceu 0,7%, recuperando em parte as perdas registradas em janeiro. No acumulado do ano, entretanto, persiste uma leve contração de 0,2%. Cabe assinalar que a produção da indústria extrativa – único subsetor que registrou queda em fevereiro – foi fortemente impactada pela interrupção da produção da Vale por conta do rompimento da barragem de Brumadinho.

Considerando ainda alguns indicadores coincidentes (isto é, aqueles que permitem estimar em tempo real qual é a tendência da economia em um determinado momento), o PIB deverá mesmo fechar o primeiro trimestre do ano no campo negativo. Por exemplo, no mês de março o fluxo de veículos pesados caiu 1,2% em relação ao mês anterior, enquanto a venda de papelão ondulado sofreu uma retração de 7,7%, o consumo de energia caiu 2,2% e as consultas ao SPC encolheram 5,2%. Com isso, entre as principais consultorias econômicas do país já se fala em uma contração do PIB que pode chegar a 0,7% no acumulado destes primeiros três meses de 2019.

Comércio Exterior

A balança de comércio exterior brasileira segue no campo positivo, embora um pouco menos volumosa em relação àquela que foi registrada no ano passado. Considerados os resultados apurados até a segunda semana de abril, o saldo acumulado no ano de 2019 alcançou um total de 14,1 bilhões de dólares, o que corresponde a uma queda de 9,2% em relação ao saldo comercial acumulado no mesmo período de 2018. Tal resultado se explica tanto por conta de uma queda das exportações da ordem de 3% no período – ante uma queda das importações menos intensa (-1%) – quanto pelo desaquecimento do comércio mundial que fez contrair nossa corrente de comércio em 2,1% até aqui.

Considerando apenas os dados mais recentes, isto é, as médias diárias registradas nas duas primeiras semanas de abril, observa-se uma recuperação das exportações de 5,5% em relação às médias do mesmo período de 2018, puxadas especialmente pelo aumento das exportações de manufaturados (+9,6%), de produtos básicos (+7,3%) e de produtos intermediários (+6,6%). Já a média diária das importações caíram nestas duas primeiras semanas de abril (-4,2%), influenciadas principalmente pela redução de veículos importados (-25,9%).

Olhando em perspectiva, os analistas de mercado consultados pelo Relatório Focus do Banco Central continuam apostando que 2019 deverá fechar com um saldo comercial de aproximadamente cinquenta bilhões de dólares, portanto, cerca de 16% abaixo do saldo alcançado em 2018.

Contas Públicas

De acordo com o mais recente relatório bimestral da Secretaria do Tesouro Nacional a arrecadação fiscal do governo central do primeiro bimestre de 2019 totalizou 275,4 bilhões de reais, dos quais 53,2 milhões de reais foram transferidos aos entes subnacionais. De tal forma, a receita líquida do governo central alcançou 222,2 bilhões. Como as despesas totais do governo central (excluídos os gastos financeiros) foram de 210,4 bilhões, o resultado primário do governo central ficou superavitário em 11,8 bilhões de reais no bimestre composto pelos meses de janeiro e fevereiro.

Entretanto, a despeito do saldo fiscal acumulado no primeiro bimestre, o Ministério da Economia estima que o ano de 2019 deve encerrar com um déficit primário de aproximadamente -1,8% do PIB, o que corresponderia a 139 bilhões de reais – mesmo valor do ano de 2018. Ou seja, para sorte da economia brasileira e dos brasileiros de um modo geral, a promessa do ministro Paulo Guedes de zerar o déficit primário já no primeiro ano de governo não será cumprida. Muito provavelmente, ciente da gravidade da crise econômica e da já escassa base de financiamento das políticas públicas, o ministro que na campanha eleitoral era conhecido como Posto Ipiranga tomou um choque de realidade e preferiu agir com mais prudência.

Aliás, nem mesmo nos próximos anos deverá ser buscado o proclamado “déficit zero”. A nova meta fiscal apresentada pelo governo para o ano de 2020 passou a um déficit de 110 bilhões de reais e para 2021 de 70 bilhões.

Inflação e política monetária

As taxas mensais de inflação, que se têm mantido em patamares bastante baixos por conta da gravidade da crise econômica (elevado desemprego e grande capacidade ociosa no setor produtivo), apresentaram uma leve aceleração nas últimas medições. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) de março chegou a 0,75%, registrando a maior taxa para um mês de março desde 2015 e ficando 0,32 ponto percentual acima da taxa do último mês de fevereiro. De acordo com o IBGE,

esse repique da inflação mensal foi fortemente influenciado pela elevação dos preços dos grupos alimentos e bebidas (+1,37%) e transportes (+1,44%) que, juntos, responderam por 80% do aumento do IPCA de março.

Contudo, apesar desse resultado, entre os chamados *Top Five do Relatório Focus* (isto é, as cinco consultorias que mais acertam suas previsões) a inflação medida pelo IPCA deverá encerrar o ano em 3,81%, portanto, ainda abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para quem ganha até cinco salários mínimos e que é utilizado para corrigir o valor do salário mínimo e os benefícios da seguridade social, registrou um crescimento um pouco superior ao IPCA, alcançando 0,77% no mês de março. Com isso, no acumulado do ano o INPC registrou um aumento de 1,68%, enquanto o IPCA ficou ligeiramente abaixo, atingindo 1,58% nos três primeiros meses de 2019.

A despeito de a inflação seguir controlada e abaixo da meta, as atas das reuniões do Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) têm reafirmado a intenção de manter a taxa Selic em 6,5% até o final do ano. Com isso, a taxa de juros real *ex-ante* (isto é, medida com base nas projeções das consultorias Top Five para os próximos doze meses) deverá ficar próxima de 2,69% ao ano, colocando o Brasil como a economia que pratica a sexta maior taxa de juros básicos do mundo.

Não custa lembrar que por conta da manutenção da taxa Selic em um patamar ainda muito elevado e injustificável perante o quadro de estagnação, as despesas da União com os serviços da dívida pública deverão consumir cerca de 5% do PIB (350 bilhões de reais) em 2019. Para se ter uma ideia do que isso representa, o orçamento total do Sistema Público de Saúde (SUS) para 2019 é de 120 bilhões de reais (34% do total gasto com juros). Já o orçamento do Ministério da Educação (MEC), que no início do ano era de 23,6 bilhões de reais, sofreu um corte de 5,1 bilhões na revisão orçamentária apresentada pelo governo em abril e agora se resume a 17,8 bilhões, isto é apenas 5% do que o país gasta com juros da dívida pública.

MUNICÍPIOS



Em abril o PT reuniu prefeitos e prefeitas em Brasília para organizar a ação e pensar as eleições de 2020. No final do mês, reuniu vereadores e vereadoras. Também em Brasília, a CNM realizou sua 22ª Marcha em Defesa dos Municípios, à qual Bolsonaro compareceu e fez uma série de promessas às prefeituras.

Prefeitos recebem promessas do governo.

Em abril a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) promoveu a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Foi o primeiro evento de prefeitos e prefeitas com a participação do presidente Bolsonaro. O governo apresentou uma série de benesses que estaria pensando em fazer para as prefeituras.

Desde o período eleitoral, passando pelo tempo transcorrido entre as eleições e a posse, Bolsonaro não aceitou nenhum convite feito pelas demais entidades do municipalismo brasileiro e resolveu ir à Marcha. A Associação Brasileira de Municípios (ABM) convidou o presidente para o Encontro Nacional de Municípios em novembro e para a Assembleia em março, sem nenhuma resposta. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) convidou-o para sua Reunião Semestral em novembro e para a posse de sua nova diretoria em abril, também com negativas.

A marcha da CNM contou com mais de oito mil pessoas e a presença significativa de prefeitos e prefeitas de diversos estados. Desde o intenso apoio do governo Lula, a Marcha tornou-se o principal

evento do municipalismo, com tradicional anúncio de benesses aos municípios e a presença maciça do governo, seus ministérios, bancos e organismos.

Durante seu curto discurso, cerca de oito minutos incluindo os cumprimentos, Bolsonaro pouco disse, divagou e, ao final, anunciou o apoio do governo à PEC que eleva em 1% o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, aprovada no Senado e que tramita na Câmara. Essa PEC, apresentada pelo Senador Raimundo Lira, amplia o FPM de 24,5% para 25,5% do Imposto de Renda e do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. O ex-presidente Lula já havia aumentado de 22,5% para 23,5% e depois a ex-presidenta Dilma ampliado para 24,5%.

Segundo a própria CNM, que concentrou seu debate em torno do projeto de Reforma da Previdência, apresentando-a como uma necessidade do país e benéfica aos municípios, o governo anunciou 21 “conquistas”, cuja leitura deixa claro o vazio do discurso. Destacam algumas delas:

- Prometeu enviar em até vinte dias, a partir de 11 de abril, projeto de lei que libera 10 milhões reais

a estados e municípios. Não há sequer a citação de onde viriam tais recursos.

- Apoio à PEC do 1% do FPM. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já encaminhou a formação da Comissão Especial para analisar o texto presidida pelo deputado José Guimarães (PT-CE), tendo como relator o deputado Júlio César (PSD-PI).
- “Vai trabalhar para que seja apresentada uma emenda que permita desonerar os Regimes Próprios de Previdência do Pasep”.
- O Secretário de Previdência prometeu “apoio à emenda” para que os RPPS possam fazer empréstimos consignados a segurados;
 - “Anunciou a intenção de publicar” nos próximos dias revisão possibilitando a alteração da carga horária de médicos/as do Programa Saúde da Família de quarenta para vinte horas semanais;
- Apoio à PEC 61/2015, da então senadora Gleisi Hoffman, aprovada pelo Senado, permitindo transferência de recursos da União diretamente aos municípios;
- Lançar o “Plano Nacional de Segurança Hídrica” com investimentos de R\$ 26,9 bi, sendo R\$ 15,7 bi no Nordeste, até 2035;
- Disponibilizar quatro bilhões de reais, em quatro anos, através do Pró-cidades;
- O ministro Paulo Guedes anunciou “que pretende repartir 70% dos recursos do bônus de assinatura dessa cessão onerosa para Estados e Municípios e também 70% dos royalties gerados através da exploração desses campos...”. Outra para esperar.

Como se pode ver, fora o compromisso em apoiar

a PEC que amplia participação do FPM em 1%, apenas vagas promessas.

Apesar disso, a CNM divulgou essas e outras medidas prometidas de menor importância como uma grande vitória da entidade.

Mesmo assim presidentes de entidades municipalistas estaduais bastante ligadas à CNM, como a União de Prefeituras de Bahia (UPB) e Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), criticaram bastante a postura do governo por só apresentar medidas superficiais e nada concreto.

PT Realiza Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas

Em atividade organizada pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai), no dia 8 de abril o PT reuniu em Brasília prefeitos e prefeitas do partido para debater o momento atual e as eleições 2020.

No encontro foi aprovada [carta](#) com posicionamento claro contra o desmonte das políticas públicas levadas a cabo pelo governo Bolsonaro, incluindo a Reforma da Previdência, que, se aprovada, causará enormes problemas nos municípios.

Vereadores e vereadoras do PT se reúnem em Brasília

O PT também reuniu no dia 23 de abril, na sede da ABM, em Brasília, vereadores de diversas cidades para debater a conjuntura, a reforma da Previdência e as eleições de 2020.

O encontro aprovou uma [carta](#) dos vereadores do PT. A perspectiva é de que encontros estaduais sejam realizados, além da intensificação da troca de experiências e de projetos entre os vereadores.

TERRITORIAL



O governo Temer e os retrocessos dos cem dias iniciais do governo Bolsonaro alteraram os princípios da política agrária e ambiental brasileira. As ações protagonizadas por esses dois governantes favoreceram o aumento dos conflitos no campo. O período 2016-2018 teve a média anual de 53,3 assassinatos no campo, enquanto nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro já ocorreram dez assassinatos.

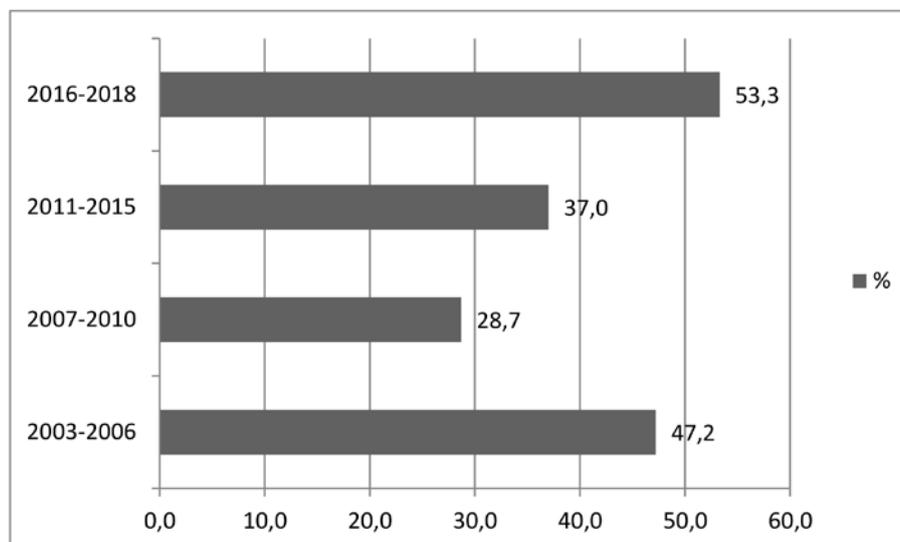
O aumento da violência no campo

O golpe de 2016, iniciado pela entrada ilegítima de Michel Temer na presidência da República, e o início do governo de Jair Bolsonaro (em janeiro de 2019) vêm sendo caracterizados por um conjunto de medidas que representam retrocesso para a política agrária e ambiental brasileira. Os retrocessos ocorridos no governo Temer e no início do governo Bolsonaro manifestaram-se a partir de modificações institucionais e na legislação da política pública rural, resultando em aumento da violência no campo.

Ao comparar o período de 2016-2018, marcado como de mudança política, com períodos anteriores, percebe-se o aumento da violência no país.

No período 2016-2018, a média anual de assassinatos saltou para 53,3. No período 2003-2006, primeira gestão do presidente Lula, a média anual foi de 47,2 assassinatos; no período 2007-2010, segunda gestão de Lula, a média anual era de 28,7 assassinatos; e no período 2011-2015, a média anual do governo Dilma foi de 37 assassinatos.

Torna-se relevante mencionar que 2019 já aponta estatísticas elevadas de assassinatos no campo. Nos quatro primeiros meses do ano foram registrados dez assassinatos em conflitos no campo - número que representa 36% das mortes registradas em 2018.

Gráfico 1 – Evolução dos assassinatos no campo segundo períodos. Brasil, 2003-2018

Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

Retrocessos na política agrária e ambiental brasileira

O governo Temer chamou a atenção pela desestruturação das ações públicas da agricultura familiar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016. O antigo ministério se reduziu à recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário alocada na Casa Civil da Presidência da República e loteada ao Partido Solidariedade. No que se referiu aos aspectos legislativos, houve um conjunto de Leis e Projetos de Lei a favor da bancada ruralista. Entre elas destaca-se a Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também colocou em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

O governo Bolsonaro, por meio da MP 870/2019, transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (Mapa) e também a atribuição de gestão das florestas públicas. A MP transferiu ainda do MMA para

o Ministério de Desenvolvimento Regional a responsabilidade da política nacional de recursos hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) pelo decreto nº 9.660. A MP extinguiu do MMA a área que trata das condições climáticas, que inclui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

A mudança ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O Mapa passou a contar com sete secretarias que possibilitam aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso a terra, ao crédito, a irrigação, ao uso de agrotóxico e expansão do mercado externo. Além do Mapa, coordenado pela ministra Tereza Cristina (ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de agrotóxicos), os ruralistas também ocuparam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do Ministério de Relações Internacionais (Ernesto Araújo) - ambos defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental.

Por fim, o art. 21 da MP 870/2019 transferiu para o Mapa as funções de demarcação de terras indígenas e de titulação de quilombolas, que nos governos anteriores eram atribuições do Ministério da Justiça e da Casa Civil, respectivamente. O governo defende a medida ao mencionar a necessidade de exploração econômica das terras e a integração dos indígenas na sociedade.

Em abril de 2019, Bolsonaro publicou o Decreto 9.760/2019, que cria uma burocracia pública para intermediar a aplicação de multas ambientais cometidas por infratores. Trata-se de um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais e será formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso significará a falência da repressão aos crimes ambientais no país, já que será impossível que os poucos técnicos que irão compor o núcleo avaliem um volume próximo a dezesseis mil autuações anuais.

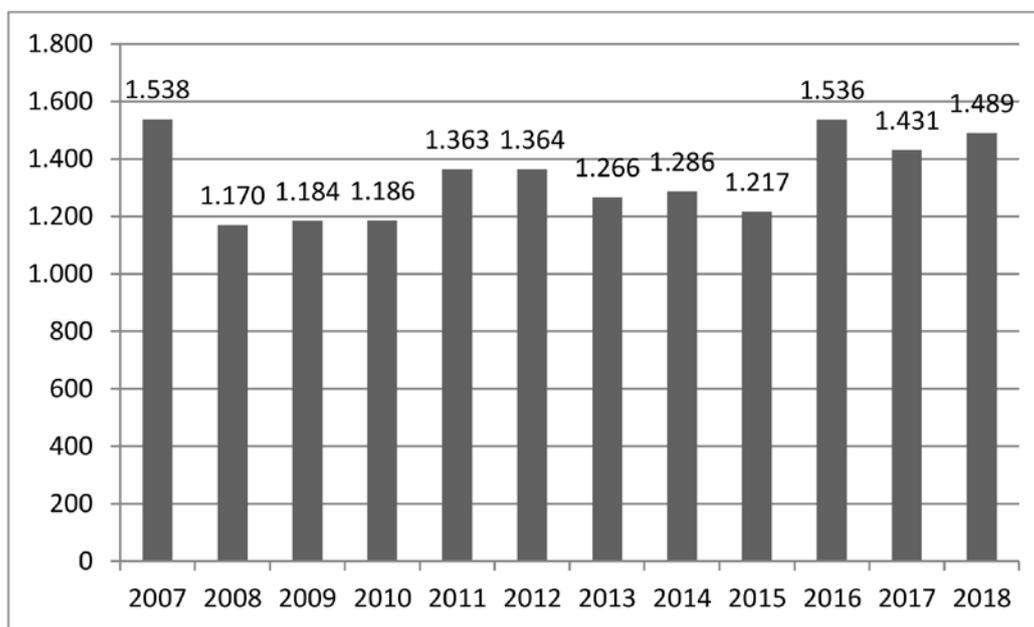
Em suma, o governo Temer e o início do período Bolsonaro caracterizam-se por baixo combate do trabalho escravo, pelo aumento dos conflitos no campo,

pela paralisação da reforma agrária e estagnação da demarcação de terras indígenas. Todos esses itens foram deixados de lado para favorecer os interesses do agronegócio e da indústria do agrotóxico.

Evolução dos conflitos no campo no Brasil

A mensuração da violência no campo inclui conflitos pela terra, pelo trabalho (em especial trabalho escravo e superexploração) e pela água. A partir dos dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra apresenta-se a evolução dos conflitos no campo no período 2007-2018. Em 2018 foram 1.489 ocorrências, o segundo maior pico desde 2007, abaixo apenas do ano de 2016 – fato que mostra que o período pós-golpe foi o mais violento dos últimos dez anos para população do campo.

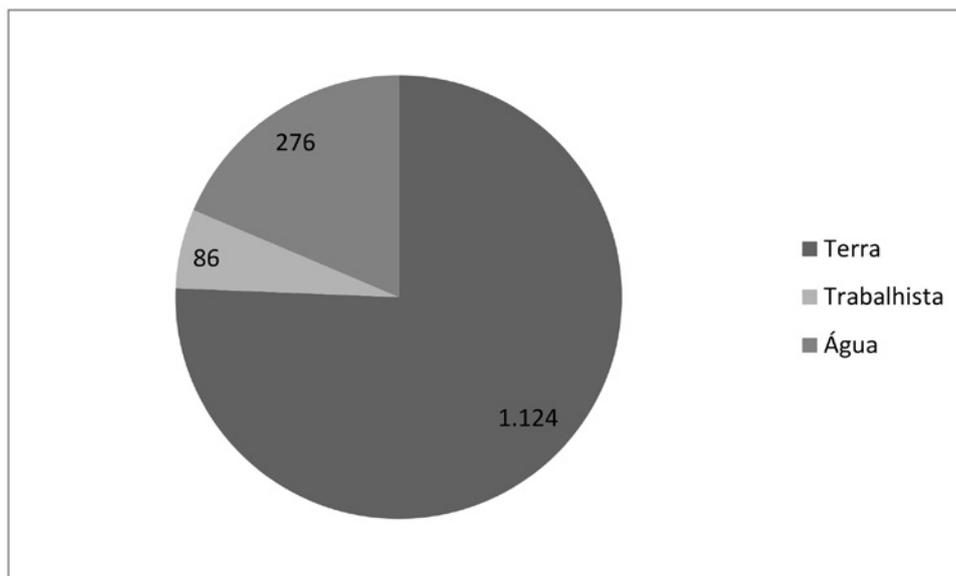
Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2018



Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

Em 2018, as ocorrências de conflitos no campo se distribuíram entre conflitos pela terra (1.148 ocorrências), conflitos trabalhistas (86 ocorrências) e conflitos pela água (276 ocorrências). Em síntese,

houve aumento de 4% no número de conflitos no campo, de 40% em conflitos por água e de 30% em conflitos trabalhistas entre 2017 e 2018.

Gráfico 3 - Conflitos no campo segundo tipo de ocorrência. Brasil, 2018

Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

Em suma, a presença de Temer e os retrocessos dos cem dias iniciais do governo Bolsonaro alteraram os princípios da política agrária e ambiental brasileira. As ações protagonizadas por esses dois governantes favoreceram o aumento dos confli-

tos no campo. Entre 2016-2018 houve uma média anual de 53,3 assassinatos no campo, enquanto nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro já ocorreram dez assassinatos.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa como as controvérsias e a inabilidade do governo vêm sendo retratadas na imprensa estrangeira e a visão dos grandes grupos da imprensa comercial brasileira sobre a relação de Bolsonaro com os interesses de sua base eleitoral, que prevalecem sobre o interesse geral da sociedade. Em redes sociais, foi observada a atuação do clã Bolsonaro no Twitter em defesa da reforma da Previdência.

Controvérsias do governo Bolsonaro

As páginas dos periódicos estrangeiros abordaram as controvérsias do governo Jair Bolsonaro da mesma forma como a imprensa tradicional brasileira vem fazendo nos últimos tempos. Os movimentos erráticos e as crises internas provocadas pela falta de preparo do presidente são assunto em todos os jornais.

O francês, *Le Monde*, por exemplo, informou que a reforma da Previdência estava travada pela falta de articulação política do governo. Já a afirmação de que o Holocausto seria perdoável, mas que jamais poderia ser esquecido, foi publicada em diversos jornais do exterior que, além de demonstrarem espanto com a declaração, deram espaço também para que a comunidade judaica criticasse Bolsonaro.

Infelizmente, os jornalões brasileiros e as emissoras de televisão não informam suas audiências sobre a forma como os jornais mundo a fora classificam o atual presidente do Brasil. Existem situações, como a já mencionada de Israel, em que o Jornal Nacio-

nal, por exemplo, informa que o fato foi abordado pela “imprensa internacional”, mas o que o telejornalismo não faz é detalhar a visão que tais veículos têm de Bolsonaro. Ele sempre é lembrado como uma figura controversa, como o Trump dos trópicos ou ainda como um político homofóbico, racista e de extrema-direita (nem essa última característica é mencionada no Brasil).

Com essas abordagens tão diferentes, não é difícil afirmar que o mundo continua a enxergar Jair Bolsonaro de uma forma completamente diferente da retratada pela imprensa brasileira e também da visão de uma grande parcela da população do país.

Pior para os brasileiros que estão longe de compreender qual é o caminho que o país deve percorrer se o governo obtiver sucesso na implementação de sua agenda política. Para os ingleses do *The Guardian*, por exemplo, está óbvio que haverá uma forte retirada de direitos, tal como aconteceu durante o governo de Margaret Thatcher.

A agenda neoliberal camuflada pelo discurso pseudo-nacionalista está bem evidente para os veículos europeus como um todo, mas no Brasil as propostas são tratadas pela mídia como se fizessem parte de um receituário novo, ainda não experimentado, e como se as consequências já não pudessem ser previstas.

É espantoso que, mesmo diante do caminho óbvio, exista uma enorme dificuldade de mostrar para grandes parcelas da sociedade brasileira que o país não vai passar a ser mais justo, que o custo de vida das classes médias não vai cair e que dificilmente os índices de violência vão melhorar, já que a desigualdade deve se acentuar. As mudanças interessam ao mercado financeiro, mas não muito à imprensa estrangeira. Afinal, o Brasil vem apenas perdendo importância no contexto geopolítico internacional, o que faz com que a quantidade de notícias sobre o país e o aprofundamento destas diminua.

A revista *The Economist*, defensora da agenda ultraliberal que o governo pretende aplicar no Brasil, tem mudado de posição ao longo do tempo. Ela criticou a política econômica do governo Dilma, mas também fez ressalvas sobre o processo de impeachment, um dos instrumentos do golpe de 2016. Depois, apoiou a agenda de Michel Temer e fez duras críticas ao candidato Jair Bolsonaro. Disse que ele representava um perigo para a democracia brasileira. Agora, a revista diz que a Operação Lava Jato passa por um momento crucial.

Após provocar a ascensão do Poder Judiciário como a esperança da sociedade brasileira, magistrados como Sergio Moro ficaram mais agressivos e menos cuidadosos. A *Economist* afirma que a Operação passou a adotar uma política de “os fins justificam os meios”. No entanto, a reportagem prefere manter esperanças em Sergio Moro. O texto diz que espera-se que ele possa dar à Lava Jato um desfecho diferente do que teve a italiana “Mãos Limpas”, que não foi capaz de diminuir a corrupção no país.

O ministro da Justiça foi lembrado também em reportagem da Al Jazeera sobre as manifestações em defesa da liberdade do ex-presidente Lula, quando sua prisão completou um ano. A publicação lembrou que Moro beneficiou diretamente Jair Bolsonaro com a condenação de Lula e, depois, tornou-se ministro da Justiça. Na época, a escolha de Moro foi

considerada “estranha” por boa parte da imprensa estrangeira. Muito diferente da grande mídia brasileira que não viu nada de errado com a ida de Moro para o Ministério. Ao contrário, fez elogios.

O tempo passa, mas o Brasil continua a sofrer com a barreira da informação que funciona há décadas e mantém a sociedade brasileira distante de perspectivas de países nos quais a democracia é mais desenvolvida. Em vez de colaborar para que o Brasil compreenda o que é progresso e retrocesso, a imprensa tradicional brasileira só gera confusão.

Clã Bolsonaro e a Previdência no Twitter

Durante os dias 11 e 18 de abril, foi observada a rede de menções à reforma da Previdência no Twitter. A partir disso, seis agrupamentos de destaque se formaram e serviram de base para analisar a atuação parlamentar, política e social no Twitter.

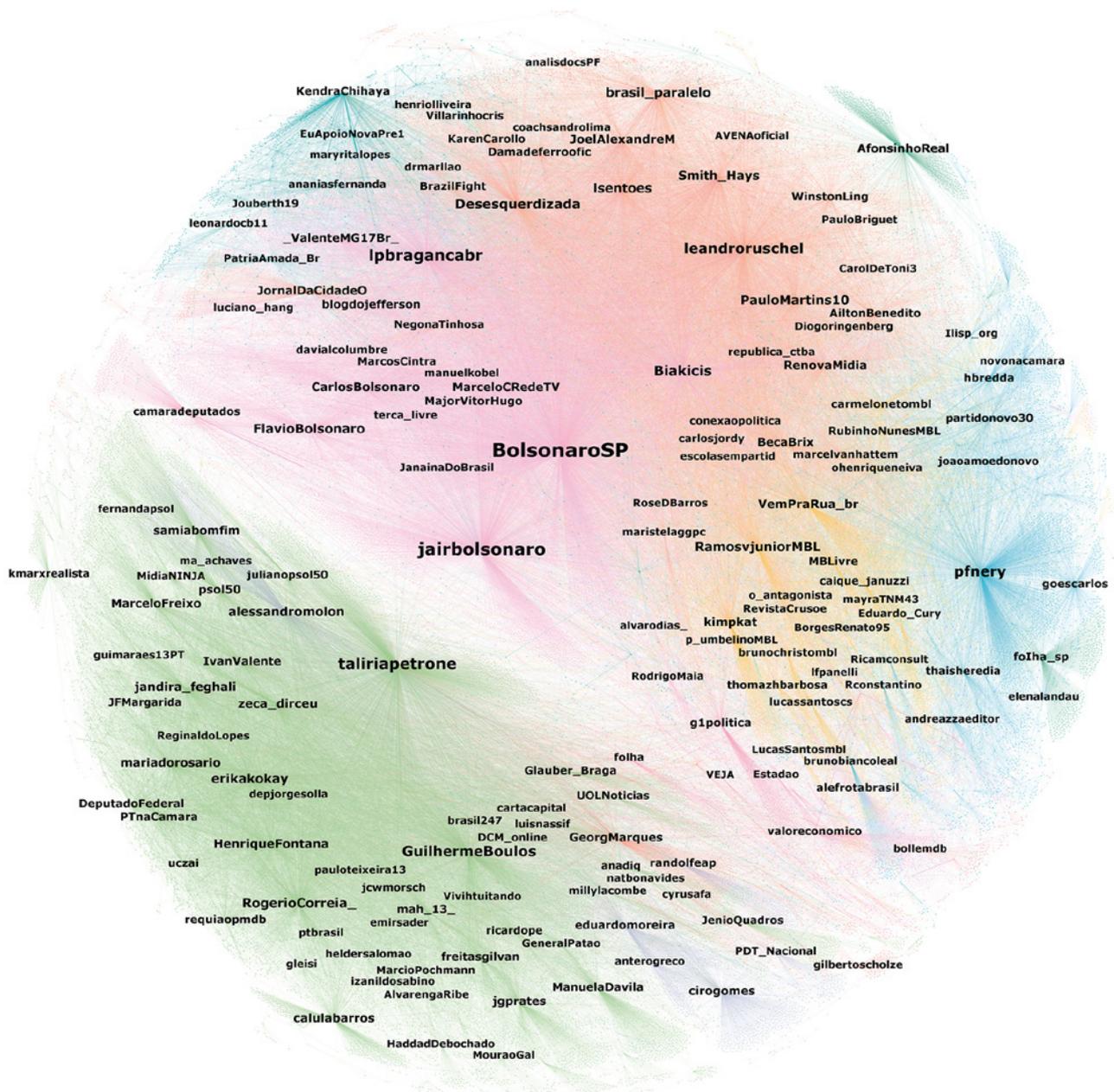
Diferente das semanas anteriores, o clã Bolsonaro passou a ter atuação decisiva em defesa da pauta. Se sobrepôs, durante o período, ao agrupamento do partido Novo e a movimentos como o MBL e o Vem Pra Rua, que até então lideravam a defesa do tema.

Movimentos como MBL e Vem Pra Rua têm sido constantemente atacados por alguns de seus apoiadores por sua posição. Aqui, a defesa da reforma, apresentava-se como uma fraqueza para esses movimentos.

Os presidentes do Senado e da Câmara apareceram de formas distintas: enquanto David Alcolumbre está no agrupamento do clã Bolsonaro, Rodrigo Maia surge entre o agrupamento de imprensa e os progressistas, mostrando assim talvez pouca “efetividade” na defesa da reforma.

O agrupamento de esquerda progressista se apresentou coeso e fortemente conectado. No entanto, acabou por dialogar com poucos usuários para além de seus próprios, com exceção de Molon, Ciro Gomes e do PDT, que acabaram por dialogar com um agrupamento específico. Destaque para a proximidade da imprensa tradicional em relação ao agrupamento progressista.

A seguir, foram mapeados os agrupamentos encontrados a partir do processo de modularização:



28,97%: Destaque para perfis de parlamentares de esquerda: Talíria Petrone, Rogério Correia, Érika Kokay, Zeca Dirceu, Jandira Feghali, Henrique Fontana, Maria do Rosário, entre outros. Participação significativa também de perfis como Boulos, PT na Câmara e imprensa tradicional com UOL e progressista como Carta Capital, Brasil 247 e DCM. Formam, aqui, um grande agrupamento com significativa coesão, com exceção de Antero Greco, Molon e Ciro Gomes, que acabam próximos ao PDT Nacional, e Randolfe, dialogando com agrupamentos específicos.

18,84%: Formado pelo clã Bolsonaro: BolsonaroSP, Jair Bolsonaro, Flávio e Carlos. Forte participação de Bia Kicis. Apresenta alguns dos usuários históricos de seu agrupamento: Hang, Alcolumbre, Janaína Paschoal, Álvaro Dias e Terça Livre. Apresenta-se como um cluster “institucional em defesa da reforma da Previdência.

16,16%: É o agrupamento responsável pelos ataques diretos àqueles contrários a reforma da Previdência. Espalham notícias falsas e fazem ataques diretos. Aqui estão perfis como Leandro Ruschel,

Desesquerdizada, Brasil Paralelo, Isentões, Paulo Marins, Renova Brasil, República de Curitiba, entre outros. Alto volume de perfis falsos.

9,2%: Esse agrupamento já foi o principal em defesa da reforma, hoje foi sobreposto pela atuação do clã Bolsonaro. É o cluster do partido Novo, João Amoedo e do ILISP. Conta ainda com forte atuação de Rodrigo Constantino, Novo na Câmara e João Amoedo.

7,53%: Agrupamento de movimentos - enfraquecido no Twitter e aparecendo com engajamento abaixo da média, conectando o Novo ao cluster institucional do clã Bolsonaro. Apresenta, com destaque, os perfis Vem Pra Rua, Kim Kataguirí, MBL e seus parlamentares. Outros canais de imprensa tradicional se posicionam entre o MBL e o agrupamento progressista, como Veja, Folha, G1, Estadão e Valor Econômico. Aqui está Rodrigo Maia.

2,88%: Alguns perfis não muito conhecidos, como Kendra Chihaya e PatriaAmada_BR. atacam o cenário no Congresso.

Bolsonaro e o preço do diesel

O aumento do preço do diesel e o recuo de Bolsonaro para atender caminhoneiros foi abordado em editoriais dos três grandes grupos da imprensa comercial, que classificaram a postura do presidente como um retrocesso e sinônimo de fraqueza. O tema foi um dos que mais motivou críticas da mídia tradicional e promete trazer mais desgaste ao presidente, diante das ameaças de greve da categoria e da falta de perspectiva de crescimento econômico.

A *Folha de S.Paulo* foi a mais ácida ao atribuir à ação do presidente motivações oportunistas e demagógicas que já haviam sido identificadas no governo de Michel Temer e prejudicaram o crescimento econômico. No editorial “Ouvido na pista”, publicado em 18 de abril, o jornal afirma que “por fraqueza política, num caso, ou alinhamento oportunista, no outro, a cumplicidade dos presidentes contribui para o sequestro da razão, econômica ou política.”

E critica o tratamento oferecido a Wallace Landim, ou Chorão, que teve portas abertas para levar suas reivindicações à Casa Civil do ministro Onyx Lorenzoni, o que não aconteceu com outros movimentos

sindicais ou sociais. O texto conclui que “controles de preços desorganizam o mercado, desorientam investimentos, criam incerteza e ineficiência” e critica a intervenção ocorrida, já que o projeto atual é vender estatais no setor de energia e combustíveis.

A *Folha* publicou ainda a reportagem “Frustração precoce com gestão Bolsonaro retarda retomada da economia”, em 22 de abril, na qual afirma que o otimismo que deu o tom na virada do ano se reverte profunda e rapidamente. E critica os sinais de fraqueza dados pelo governo recém-empossado. O tom geral da matéria é que todas as incertezas provocadas por episódios como o aumento e recuo no preço do diesel e as indefinições na reforma da Previdência causam receios aos investidores.

O *Globo* rememorou em seu editorial de 18 de abril que Jair Bolsonaro apoiou a greve dos caminhoneiros quando era candidato, no ano passado, e apesar de todos os meses que teve para estudar alternativas, debatê-las com o setor e propor saídas viáveis nada fez a respeito. O jornal afirma que a intervenção de Bolsonaro produziu uma crise de confiança e sinaliza “retrocesso à política dos governos Lula e Dilma, quando os preços da Petrobras eram arbitrados na mesa presidencial.” E conclui que as benesses esperadas pelos caminhoneiros, apoiadores de Bolsonaro, são inexequíveis do ponto de vista orçamentário, causando um problema que deve ser resolvido em curto prazo pelo governo.

Já o *Estadão* afirmou em seu editorial de 16 de abril que na condição de presidente da República Bolsonaro continua a agir como se fosse representante dos interesses de uma categoria profissional, em detrimento dos interesses dos demais brasileiros. “O episódio do reajuste do diesel pela Petrobras é um indicativo do quão longe o presidente Bolsonaro pretende ir para preservar o que julga ser seu capital eleitoral.” E conclui: “diante do rápido derretimento de sua popularidade, Bolsonaro aparentemente passou a se dedicar com mais afinco a cultivar seu eleitorado fiel, entre os quais julga estarem os caminhoneiros. O problema é que, ao premiar com ‘carinho’ a truculência dos líderes daquela categoria, o presidente sinaliza que está vulnerável a todo tipo de pressão, especialmente daqueles que julgam estar na base eleitoral de Bolsonaro.”



F U N D A Ç Ã O

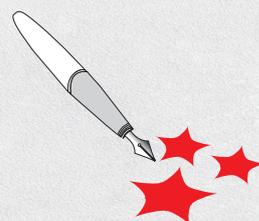
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); William Nozaki (cientista social); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo, Paulo C. Ramos e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 23 de abril de 2019.

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br